

CAT-LEO ENERGIA S/A

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2003
OBJETO DE PUBLICAÇÃO

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

A Administração da CAT-LEO ENERGIA tem a satisfação de apresentar os resultados de 2003, acompanhados das demonstrações contábeis correspondentes.

1. Considerações gerais

A CAT-LEO ENERGIA é uma empresa constituída pela Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina em novembro de 1999 para operar como PIE – Produtora Independente de Energia Elétrica. Inicialmente representada por quotas de responsabilidade limitada, a CAT-LEO ENERGIA foi transformada em sociedade anônima em junho de 2000, tendo como controlada conjunta a Usina Termelétrica de Juiz de Fora, com uma participação de 50% no seu capital total.

2. Investimentos na construção de PCHs

Em 2003, a CAT-LEO ENERGIA concluiu as construções de quatro PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas, de potência total de cerca de 75 MW e capacidade de produção anual aproximada de 380 GWh: Ivan Botelho I (24 MW / 137 GWh de produção anual); Túlio Cordeiro de Mello (15,8 MW / 67 GWh de produção anual); Ivan Botelho II (12,4 MW / 70 GWh de produção anual) e Ormeo Junqueira Botelho (22,7 MW / 102 GWh de produção anual). Também se encontra em fase de construção a PCH Triunfo com capacidade de 24 MW.

Em 2003, os investimentos consolidados da CAT-LEO ENERGIA totalizaram R\$111.881 mil, contra R\$92.249 mil, em 2002.

3. Cisão parcial da CAT-LEO ENERGIA

Em 30 de dezembro de 2003, foi aprovada em Assembléia Geral a cisão parcial do patrimônio da CAT-LEO ENERGIA com incorporação ao patrimônio das Centrais Hidrelétricas Grapon S/A das PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ivan Botelho I e Túlio Cordeiro de Mello. Com essa operação, o capital social da CAT-LEO ENERGIA foi reduzido em R\$32.298 mil.

Em 24 de dezembro de 2003, a controladora Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina havia assinado, em caráter irrevogável e irretratável, um contrato de Compra e Venda de Ações das Centrais Hidrelétricas Grapon S/A, detentora das referidas PCHs, com a transferência do financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no valor de R\$51.700 mil, referente à construção dessas usinas.

Ao final de 2003, a CAT-LEO ENERGIA consolidada totalizava uma capacidade instalada de aproximadamente 95 MW e de produção anual de 585 GWh, através de 6 Pequenas Centrais Hidrelétricas e de uma termelétrica (participação de 50%), já considerando as vendas das PCHs Ivan Botelho I e Túlio Cordeiro de Mello.

4. Produção de Energia Elétrica, Receita Bruta e Resultado

A CAT-LEO ENERGIA encerrou o exercício com uma produção própria consolidada de energia de 165 GWh e adquiriu no MAE – Mercado Atacadista de Energia 331 GWh para atender aos seus contratos de fornecimento de energia. Com isso, a sua receita operacional bruta consolidada totalizou R\$67.510 mil (R\$15.097 mil da controladora), contra R\$31.333 mil em 2002 (R\$8.281 mil na controladora), representando um aumento de 115% em relação a 2002.

Devido aos preços da energia elétrica comercializada no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE terem permanecido num patamar muito baixo ao longo do exercício de 2003, a controlada UTEJF - Usina

Termelétrica de Juiz de Fora, por consequência de seus custos internos e do despacho operacional do ONS - Operador Nacional do Sistema, adquiriu a maioria de suas necessidades contratuais de fornecimento de energia elétrica no MAE.

Com a melhoria do desempenho da controlada Usina Termelétrica de Juiz de Fora (a CAT-LEO ENERGIA contabilizou em 2003 um resultado de equivalência patrimonial de R\$13.408 mil dessa controlada em conjunto) e com o início das atividades operacionais de quatro usinas hidrelétricas, a CAT-LEO ENERGIA registrou um lucro líquido consolidado de R\$21.776 mil (R\$21.648 mil na controladora), revertendo o resultado negativo de R\$16.994 mil (R\$16.727 mil negativos na controladora), em 2002.

5. Remuneração aos acionistas

A administração proporá à Assembléia Geral a realizar-se brevemente a distribuição de dividendos aos acionistas, no montante de R\$6.141 mil, à razão de R\$0,105612 por ação do capital social. A data de início da distribuição desses dividendos será definida na referida Assembléia.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial - Ativo

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

Ativo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2003	2002	2003	2002
Circulante				
Disponibilidades	252	69	1.538	90
Aplicações no mercado aberto	13.969	11.166	18.363	21.373
Contas a receber	1.885	941	18.249	7.350
Impostos a recuperar	3.668	1.750	9.197	3.678
Despesas antecipadas	131	59	136	66
	<u>19.905</u>	<u>13.985</u>	<u>47.483</u>	<u>32.557</u>
Realizável a longo prazo				
Contas a receber	-	-	11.968	575
Créditos com partes relacionadas	5.528	6.170	8.528	-
Impostos a recuperar	4.698	4.267	4.864	5.547
Créditos tributários	-	-	7.366	9.622
Crédito a receber - gás combustível	-	-	14.227	4.465
Outros	-	-	2.926	322
	<u>10.226</u>	<u>10.437</u>	<u>49.879</u>	<u>20.531</u>
Permanente				
Investimento	7.978	-	-	-
Imobilizado	171.350	142.905	223.535	196.385
Diferido	-	-	349	405
	<u>179.328</u>	<u>142.905</u>	<u>223.884</u>	<u>196.790</u>
Total do Ativo	<u>209.459</u>	<u>167.327</u>	<u>321.246</u>	<u>249.878</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

2. Balanço Patrimonial - Passivo

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2003 e 2002 (Em milhares de reais)

Passivo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2003	2002	2003	2002
Circulante				
Fornecedores	5.415	13.180	11.153	20.347
Empréstimos e financiamentos	3.317	1.406	9.001	3.201
Dividendos a pagar	6.141	-	6.141	-
Tributos e contribuições sociais	1.366	1.482	6.619	1.769
Outras	586	458	586	651
	<u>16.825</u>	<u>16.526</u>	<u>33.500</u>	<u>25.968</u>
Exigível a longo prazo				
Fornecedores	-	-	24.127	11.779
Empréstimos e financiamentos	89.533	103.331	140.984	170.082
Impostos a recolher	739	125	1.837	1.309
Provisão para passivo a descoberto de investida	-	5.430	-	-
Débitos com partes relacionadas	-	-	19.482	-
Outras contas a pagar	-	1.550	15	1.564
	<u>90.272</u>	<u>110.436</u>	<u>186.445</u>	<u>184.734</u>
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital				
Capital social	25.853	13.151	25.853	13.151
Reserva de lucros	323	-	323	-
Prejuízos acumulados	-	(15.184)	(1.061)	(16.373)
	<u>26.176</u>	<u>(2.033)</u>	<u>25.115</u>	<u>(3.222)</u>
Recursos destinados a aumento capital	76.186	42.398	76.186	42.398
	<u>102.362</u>	<u>40.365</u>	<u>101.301</u>	<u>39.176</u>
Total do Passivo	<u>209.459</u>	<u>167.327</u>	<u>321.246</u>	<u>249.878</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3. Demonstrações de Resultados

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002
 (Em milhares de reais, exceto valores por ação)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2003	2002	2003	2002
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia elétrica	15.097	7.509	67.354	30.052
Serviços prestados		772	156	1.281
	<u>15.097</u>	<u>8.281</u>	<u>67.510</u>	<u>31.333</u>
Deduções à receita operacional				
Impostos incidentes sobre vendas (Pis, Cofins e ISS)	551	352	2.989	1.176
Receita operacional líquida	14.546	7.929	64.521	30.157
Despesa operacional				
Pessoal	612	1.017	1.132	1.687
Material	56	27	107	131
Serviços de terceiros	770	351	1.355	1.485
Energia elétrica comprada para revenda	-	1.122	18.922	3.504
Matéria prima adquirida (combustível)	-	-	-	13.869
Transporte de potência elétrica	441	277	6.760	1.290
Depreciação e amortização	1.814	623	4.466	3.381
Outras despesas	172	58	350	607
	<u>3.865</u>	<u>3.475</u>	<u>33.092</u>	<u>25.954</u>
Resultado do serviço	10.681	4.454	31.429	4.203
Receita (despesa) financeira				
Receita de aplicações financeiras	2.803	726	3.851	1.617
Encargos de dívidas	(11.337)	(4.927)	(9.785)	(30.327)
Transferência para imobilizado em curso	8.078	2.924	8.078	2.924
Despesas financeiras líquidas	(973)	(1.492)	(4.069)	(4.234)
	<u>(1.429)</u>	<u>(2.769)</u>	<u>(1.925)</u>	<u>(30.020)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	13.408	(18.319)	-	-
Lucro (prejuízo) operacional	22.660	(16.634)	29.504	(25.817)
Resultado não operacional	(93)	699	100	(7)
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social, imposto de renda, e participações	22.567	(15.935)	29.604	(25.824)
Imposto de renda e contribuição social	(784)	(792)	(7.693)	8.830
Lucro (prejuízo) antes das participações	21.783	(16.727)	21.911	(16.994)
Participações dos administradores e empregados	(135)	-	(135)	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	21.648	(16.727)	21.776	(16.994)
Lucro (prejuízo) líquido por ação - R\$	<u>0,372</u>	<u>(1,272)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

4. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

Demonstrações das origens e aplicações de recursos
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002
 (Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2003	2002	2003	2002
Origens de recursos				
Das Operações				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	21.648	(16.727)	21.776	(16.994)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:				
Depreciação e amortização	1.814	623	4.466	3.381
Valor residual de ativos baixados	6	-	8	247
Juros e variações monetárias itens de longo prazo	7.076	2.495	(1.484)	21.529
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	2.256	(9.622)
Equivalência patrimonial	(13.408)	18.319	-	-
Total oriundos das (aplicado nas) operações	17.136	4.710	27.022	(1.459)
Dos Acionistas				
Aumento de capital por subscrição	45.000	-	45.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	33.788	-	33.788	-
	78.788	-	78.788	-
De Terceiros				
Financiamentos captados	-	102.022	-	149.672
Aumento do exigível a longo prazo	28.055	453	45.588	12.232
Capital circulante cindido	639	-	639	-
Parcelamento de impostos	770	-	770	-
Redução do realizável a longo prazo	-	47.736	-	5.572
	29.464	150.211	46.997	167.476
Total da origens de recursos	125.388	154.921	152.807	166.017
Aplicações de recursos				
No imobilizado	110.577	85.463	111.881	92.085
No diferido	-	-	-	164
Restituição de adiantamentos de acionistas	-	69.729	-	69.729
No realizável a longo prazo	3.049	-	27.391	-
Dividendos	6.141	-	6.141	-
Total das aplicações de recursos	119.767	155.192	145.413	161.978
Aumento (redução) do capital circulante líquido	5.621	(271)	7.394	4.039
Demonstração da variação do capital circulante líquido				
Ativo circulante:				
No início do exercício	13.985	487	32.557	8.819
No fim do exercício	19.905	13.985	47.483	32.557
	5.920	13.498	14.926	23.738
Passivo circulante:				
No início do exercício	16.526	2.757	25.968	6.269
No fim do exercício	16.825	16.526	33.500	25.968
	299	13.769	7.532	19.699
Aumento (redução) do capital circulante líquido	5.621	(271)	7.394	4.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

5. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Estatutária	Legal		
Saldos em 01 de janeiro de 2002	13.151	1.436	107	-	14.694
Prejuízo do exercício				(16.727)	(16.727)
Absorção de prejuízos	-	(1.436)	(107)	1.543	-
Saldos em 31 de dezembro de 2002	13.151	-	-	(15.184)	(2.033)
Aumento de capital por subscrição, conforme AGE de 29/09/2003	45.000	-	-	-	45.000
Cisão do patrimônio conforme AGE DE 30/12/2003	(32.298)	-	-	-	(32.298)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	21.648	21.648
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:					
Reserva legal	-	-	323	(323)	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	(6.141)	(6.141)
Saldos em 31 de dezembro de 2003	25.853	-	323	-	26.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Cat-Leo Energia S.A. (“Cat-leo” ou “Sociedade”) é uma produtora independente de energia elétrica, através de pequenas centrais hidrelétricas (PCH’s), localizadas nos municípios de Santos Dumont, Manhuaçu, Muriaé, Astolfo Dutra e Guarani todos no Estado de Minas Gerais, sendo sua capacidade instalada de 52 MW.

Em 31 de dezembro de 2003 encontra-se em fase de construção as PCH’s Ormeo Junqueira Botelho e Ivan Botelho III, com previsão de conclusão para março de 2004 e dezembro de 2004 respectivamente. Estas PCH’s aumentarão a capacidade instalada da Sociedade em mais 46 MW. Os recursos necessários à conclusão dos referidos empreendimentos serão provenientes de adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC por parte do acionista controlador, bem como da geração de recursos das PCH’s já em operação.

A Cat-Leo, detém de forma compartilhada o controle acionário da Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. (“UTE-JF” ou “controlada em conjunto”), produtora independente de energia termelétrica, através da combustão de gás natural, localizada no município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais. A UTE-JF iniciou suas atividades comerciais ao final de novembro de 2001, sendo sua capacidade instalada de 84 MW.

Devido aos preços da energia elétrica comercializada no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE terem permanecido em um patamar muito baixo ao longo do exercício de 2003, e na maior parte de 2002 a UTE-JF manteve suas operações paralisadas. Para fazer face aos compromissos relativos ao contrato bilateral de fornecimento de energia, a controlada em conjunto adquiriu no MAE a energia que deixou de ser gerada. A partir do exercício de 2003, a UTE-JF já tem contratada com parte relacionada quase a totalidade de sua capacidade de geração de energia elétrica.

A Administração da UTE-JF, baseada nas estimativas sobre os preços da energia praticados no MAE e projeções internas de resultado, espera que a controlada em conjunto reinicie a produção de energia a partir de 2005. Conseqüentemente, a UTE-JF deverá continuar adquirindo a energia elétrica no âmbito do MAE, em 2004, para atender os compromissos relativos ao contrato bilateral.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, preponderantemente o “Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica”, de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.

3 Sumário das principais práticas contábeis

- a) As aplicações no mercado aberto estão representadas por aplicações em fundos de curto prazo e certificados de depósitos bancários que estão registrados pelos valores atualizados na data do balanço;
- b) Contas a receber engloba a energia elétrica faturada através de contrato bilateral e a energia elétrica comercializada no âmbito do Mercado Atacadista de Energia – MAE;
- c) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%. A contribuição social foi calculada a 9%. No consolidado, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos sobre os prejuízos fiscais e base negativa existentes no

encerramento do exercício e levam em consideração as regras de realização definidas pela instrução CVM nº 371/02;

- d) O investimento em sociedade controlada em conjunto é avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- e) O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou valor de construção dos bens, deduzidos das depreciações calculadas pelo método linear, com base nos prazos de vida útil estimada dos bens;
- f) Os juros e demais encargos e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, foram capitalizados e estão registrados neste subgrupo como custo.
- g) O diferido no consolidado, refere-se às despesas pré-operacionais e aquisição de softwares, que estão sendo amortizados pelo prazo de 10 e 5 anos, respectivamente.
- h) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;
- i) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;
- j) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- k) A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os critérios técnicos de consolidação previstos na Instrução CVM n.º 247/96 e, incluem as demonstrações financeiras da controlada em conjunto, UTE-JF. Por se tratar de um investimento compartilhado (cada sócio detém 50% do capital), a consolidação abrange 50% dos saldos das contas patrimoniais e de resultado dessa investida. As informações contidas nas notas explicativas referenciadas ao balanço consolidado, também refletem o mesmo percentual de participação.

A reconciliação entre o resultado do exercício e o patrimônio líquido da controladora e consolidado:

	2003		2002	
	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Patrimônio líquido
Controladora	21.648	26.176	(16.727)	(2.033)
Lucros não realizados referentes a prestação de serviços, líquido de efeitos tributários	128	(1.061)	(267)	(1.189)
Consolidado	21.776	25.115	(16.994)	(3.222)

5 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Contrato bilateral	1.885	941	24.620	6.496
Créditos com Mercado Atacadista de Energia – MAE	-	-	34	197
Encargos de Serviço Sistema a receber	-	-	128	1.232
	<u>1.885</u>	<u>941</u>	<u>24.782</u>	<u>7.925</u>
Curto prazo	1.885	941	18.809	7.350
Longo prazo	-	-	5.973	575

Em 31 de dezembro de 2003, a controlada em conjunto UTE-JF possui créditos junto ao MAE de R\$34 (R\$197 em 2002) além de R\$128 (R\$1.232 em 2002), relativos a Encargos de Serviços de Sistema. Esses saldos, juntamente com os valores registrados no passivo circulante de R\$1.331, foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE em conjunto com estimativas internas preparadas pela Administração da controlada em conjunto.

A liquidação financeira dos valores a receber e a pagar da UTEJF, é feita mensalmente conforme abaixo:

Composição dos valores no MAE	Consolidado					
	2003			2002		
	A receber	A pagar	Total	A receber	A pagar	Total
. energia elétrica	-	(1.331)	(1.331)	10.373	(1.450)	8.923
. parcela repassada a CBEE	-	-	-	(10.176)	-	(10.176)
. encargos de serviços de sistema	128	-	128	1.232	-	1.232
Saldos em 31 de dezembro	128	(1.331)	(1.203)	1.429	(1.450)	(21)

6 Conta de compensação – parcela compensatória - consolidado

O contrato de gás natural firmado pela controlada em conjunto UTE-JF com a Gasmig, prevê que as variações cambiais anuais ocorridas entre os períodos de reajustes de preços, serão repassados no consumo de gás dos períodos subseqüentes. Da mesma forma, a legislação e normas que regulam a atuação dos produtores termelétricos incluídos no Programa Prioritário de Termoelectricidade PPT, permite que esses produtores repassem a seus preços de venda de energia elétrica o impacto nos custos decorrente dessa variação cambial. Os referidos repasses dependem de homologação da ANEEL..

No exercício, foram provisionados como contas a receber no realizável a longo prazo e fornecedores no exigível a longo prazo, o montante de R\$ 5.995, referente a variações cambiais ocorridas até 31/12/2003.

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	8.159	5.855	11.950	8.548
Imposto de Renda Retido na Fonte	20	17	151	163
Imposto de renda e contribuição social	-	-	1.556	369
Programa de Integração Social – PIS	33	3	33	3
Contribuições Previdenciárias	152	142	152	142
Outros	2	-	219	142
	<u>8.366</u>	<u>6.017</u>	<u>14.061</u>	<u>9.225</u>
. Parcela de curto prazo	3.668	1.750	9.197	3.678
. Parcela de longo prazo	4.698	4.267	4.864	5.547

Os créditos de ICMS são relativos às aquisições de ativo imobilizado (Cat-leo/UTE-JF) e gás combustível (UTE-JF). O Regulamento do ICMS/MG permite a transferência desses créditos para as concessionárias de energia elétrica situadas no território mineiro, na medida que os mesmos se tornem disponíveis.

8 Imposto de renda e contribuição social

A receita e a despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada conforme demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2002	2002
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.935)	(25.824)
Receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social calculados à alíquota efetiva	5.418	8.780
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	(6.228)	-
Outros	18	50
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>(792)</u>	<u>8.830</u>

No exercício de 2003 a Controladora optou pelo regime de tributação do Lucro Presumido para fins de apuração da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro.

Do saldo de crédito tributário de R\$7.366 (R\$9.622 em 2002) no consolidado, corresponde a UTE-JF que foi reconhecido ao longo do exercício, oriundo dos prejuízos incorridos em 2002. Os prejuízos dessa controlada em conjunto devem-se substancialmente ao fato de que cerca de 50% da capacidade instalada da UTE-JF não ter sido contratada. Conforme mencionado na nota 1, a partir do exercício de 2003 a UTE-JF já tem contratada quase a totalidade de sua produção, o que, segundo estudos e projeções da Administração da controlada em conjunto, viabilizará a realização dos créditos fiscais constituídos. Em 31 de dezembro de 2003 a controlada em conjunto apurou o lucro tributável, compensando R\$ 2.256 do crédito tributário registrado no ano anterior.

A Administração, baseada nas projeções de resultados, que considera os aspectos acima mencionados, estima realizar os créditos tributários constituídos em 2002, como segue:

Período	Realização dos créditos fiscais
2004	1.200
2005	950
2006	850
2007	900
2008	2.214
2009	<u>1.252</u>
Total	<u><u>7.366</u></u>

9 Crédito a receber – gás combustível - consolidado

Conforme detalhado na nota 13, o contrato de compra de gás combustível firmado pela UTE-JF com a Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig, estabelece que o volume de 70% do montante contratado, consumido ou não, devem ser liquidados “take-or-pay”, ficando a UTE-JF com o direito de retirada desse gás durante o período de até 7 anos.

No exercício de 2003, foi adiantado o montante de R\$14.227 (R\$ 4.465 em 2002) equivalentes a 214.189 mil m³ de gás natural, (correspondente a participação da Sociedade), referente a gás combustível. Com base em projeções, a UTE-JF estima consumir o volume do gás adiantado dentro do referido período prescricional do crédito.

10 Investimentos - controladora

Participação na controlada em conjunto Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Capital social	25.500	25.500
Quantidade de ações possuídas (mil)	12.750	12.750
Participação (%)	50%	50%
Lucro (prejuízo) do exercício	26.815	(36.637)
Patrimônio líquido	15.956	(10.859)
Resultado de equivalência patrimonial	13.408	(18.319)
Provisão sobre passivo a descoberto – Exigível a longo prazo		5.430
Investimento	7.978	-
Movimentação do investimento/provisão para passivo a descoberto		
	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Saldo inicial	(5.430)	12.889
Equivalência patrimonial	13.408	(18.319)
Saldo final	<u>7.978</u>	<u>(5.430)</u>

As ações da UTE-JF de propriedade da Sociedade estão dadas em garantia de empréstimos obtidos por essa controlada em conjunto (vide nota nº 15).

11 Transações com partes relacionadas

	Controladora			Consolidado					
	Usina Termelétric a de Juiz de Fora	Companhia Força e Luz Cataguazes -Leopoldina	Total 2003	Cia de Eletricidade de Nova Friburgo	Alliant Energy Holdings do Brasil (**)	Energisa S/A	Companhia Força e Luz Cataguazes- Leopoldina	Total 2003	
Saldos - ativo (passivo):									
.Contas a receber (a pagar)	-	1.885	1.885	2.977	-	(2.011)	(***)	26.490	27.456
.Adiantamento para futuro aumento de capital	5.528	(76.186)	(70.658)	-	(17.471)	-	-	(88.129)	(88.129)
.Adiantamentos – outros (*)	(1.433)	-	(1.433)	-	-	-	-	-	(1.433)
Transações– receita(despesa):									
.Energia elétrica vendida	-	15.097	15.097	4.274	-	-	-	28.470	32.744
.Custo de uso e conexão do sistema elétrico	-	(441)	(441)	-	-	-	-	(1.046)	(1.046)
.Serviços administrativos	-	(247)	(247)	-	-	-	-	(342)	(342)
.Aluguel de equipamentos	-	(18)	(18)	-	-	-	-	(18)	(18)
. receita (despesas) financeira	-	-	-	319	-	(2.011)	-	2.191	500

(*) Na controladora, R\$ 558, foi contabilizados na rubrica, “empréstimos e financiamentos” no passivo circulante e R\$ 875 no exigível a longo.

(**) Adiantamento para futuro aumento de capital.

(***) No consolidado R\$13.068 foi contabilizado na rubrica “contas a receber no ativo circulante”; R\$4.894 no “contas a receber” e R\$8.528 em “partes relacionadas” no realizável a longo prazo.

Os serviços contratados junto às partes relacionadas foram realizados em condições usualmente praticadas no mercado.

Os adiantamentos a controladores/controlada em conjunto são remunerados a juros compatíveis de mercado. Aqueles destinados a futuro aumento de capital, não são remunerados.

12 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação (%)	Controladora		Consolidado	
		2003	2002	2003	2002
Em serviço:					
Produção:					
Geração hidráulica	2,5 a 10	75.143	21.907	75.143	21.907
Geração térmica	5,0 a 10	-	-	55.938	54.692
Sistema de transmissão de conexão	2,5 a 10	6.297	2.154	7.612	3.496
		81.440	24.061	138.693	80.095
Depreciação acumulada:					
Produção:					
Geração hidráulica		(2.021)	(1.016)	(2.021)	(1.016)
Geração térmica		-	-	(5.610)	(2.894)
Sistema de transmissão de conexão		(190)	(73)	(246)	(104)
		(2.210)	(1.089)	(7.877)	(4.014)
Em curso:					
Produção:					
Geração hidráulica		89.546	114.435	89.546	114.435
Geração térmica		-	-	599	371
Sistema de transmissão de conexão		2.574	5.498	2.574	5.498
		92.120	119.933	92.719	120.304
		171.350	142.905	223.535	196.385

13 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Fornecimento de gás combustível	-	-	11.682	17.350
Mercado Atacadista de Energia – MAE	-	-	1.331	1.450
Fornecedores de imobilizado e outros	5.415	13.180	5.538	13.326
Total	5.415	13.180	35.280	32.126
Parcela de curto prazo	5.415	13.180	17.148	20.347
Parcela de longo prazo	-	-	18.132	11.779

O contrato firmado entre a UTE-JF e o fornecedor de gás combustível prevê o consumo médio mensal de 15.460 mil m³, com cláusula “take or pay”, isto é, 70% do gás contratado (“commodity”), o uso do gasoduto correspondente ao transporte e a margem de comercialização do distribuidor devem ser pagos ao fornecedor independente do consumo ter se realizado. Nesse caso, a parcela referente à quantidade de gás não consumida se reverterá em um crédito a ser consumido no período de até 7 anos. Já as parcelas não consumidas referentes ao transporte e a margem do distribuidor serão pagas, independentemente do consumo, não dando qualquer direito à compensação futura.

Durante o exercício de 2002, a UTE-JF não quitou os valores relativos aos compromissos firmados no contrato de fornecimento de gás combustível. No encerramento desse exercício, o montante devido de R\$15.196, acrescido das multas e juros contratuais de R\$5.691, totalizando R\$20.888, foi negociado junto

ao fornecedor Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig, e a Petróleo Brasileiro S/A, ficando a dívida após o abatimento do adiantamento de R\$2.250 em janeiro de 2003 consolidada e negociada da seguinte forma:

GASMIG - R\$1.683, relativos à margem a serem pagos 30% até 05 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato. O saldo em seis parcelas iguais e consecutivas, vencendo a primeira em 05 de janeiro de 2006. Os juros e a correção monetária serão pagos a partir do dia 25 do mês subsequente ao mês de assinatura do contrato, sendo a última parcela juntamente com a última parcela de amortização. Os juros serão de 1% ao mês e correção monetária mensal pela variação do IGPM, ambos *pró rata tempore*.

PETROBRÁS – R\$16.955, a serem pagos em 24 parcelas iguais e consecutivas, vencendo a primeira em 22 de janeiro de 2006. Os juros e a correção monetária serão pagos a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao mês de assinatura do contrato. Os juros serão de 1% ao mês e correção monetária mensal pela variação do IGPM, ambos *pró rata tempore*.

14 Parcelamento de impostos

Em 31 de julho de 2003, a Cat-Leo aderiu ao Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei 10.684 de 30 de maio de 2003, que possibilitou o parcelamento de débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003, junto a Secretaria da Receita Federal e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em até 180 parcelas. A controlada em conjuntos UTE-JF também parcelou seus débitos de ICMS junto ao Governo Estadual.

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Imposto de renda e contribuição social	884	340	884	340
Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	-	-	1307	1.373
Total	884	340	2.191	1.713
Parcela de curto prazo (Tributos e contribuições sociais)	145	215	354	404
Parcela de longo prazo (Impostos a recolher)	739	125	1.837	1.309
Encargos	Selic/TJLP	Selic/TJLP	Selic/TJLP	Selic/TJLP
Número de parcelas a pagar	72	19	75	87

15 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Em moeda nacional, com juros de 4,5% a.a. e atualização monetária com base na variação da TJLP (BNDES)	74.347	104.323	82.546	113.960
Em moeda nacional, com juros de 6% a.a. e atualização monetária com base na variação do CDI (HSBC-Compror)	301	414	301	414
Em moeda nacional, com juros de 4,5% a.a. e atualização monetária pela variação do CDI firmado com a UTE-JF	1.432	-	716	-
Em moeda nacional, com juros de 4,5% a.a. e atualização monetária com base na variação da UMBND e TJLP (BNDES)	15.472	-	63.883	58.909
Total	91.552	104.737	147.446	173.283
Parcela de curto prazo	2.019	1.406	6.462	3.201
Parcela de longo prazo	89.533	103.331	140.984	170.082

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2003	
	Controladora	Consolidado
2005	8.448	12.397
2006	7.485	12.207
2007	7.485	12.207
2008	7.485	12.207
Após 2008	58.630	91.966
	<u>89.533</u>	<u>140.984</u>

Durante o exercício, os índices que atualizam os financiamentos tiveram a seguinte variação:

<u>Descrição</u>	<u>Custo dos financiamentos em 2003</u>
CDI	19,1%
TJLP – Taxa de juros de longo prazo	9,87%
UMBND – Unidade monetária do BNDES	48,97%

Os financiamentos estão garantidos por vinculação da receita própria, fiança concedida pela Energisa S.A. (parte relacionada), bem como os bens do ativo e caução das ações da própria UTE-JF de propriedade da Sociedade.

Os contratos também prevêem a manutenção de recursos mínimos em conta de aplicação financeira vinculada aos pagamentos de juros e principal. Em 31 de dezembro de 2003, o saldo vinculado ao apagamento de juros do BNDES registrado na rubrica aplicações no mercado aberto de R\$ 15.318.

Adicionalmente os contratos firmados pela Cat-Leo Energia S/A e UTE-JF junto ao BNDES, possuem cláusulas restritivas que, em geral, sugerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Os descumprimentos desses índices podem implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2003 as exigências contratuais estão plenamente cumpridas.

16 Cisão parcial

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2003, foi deliberada a cisão parcial do patrimônio desta empresa com incorporação ao patrimônio das Centrais Hidrelétricas Grapon S/A, do seguinte acervo cindido:

PCH Ivan Botelho I	41.620
PCH Túlio Cordeiro de Mello	41.959
Empréstimo e Financiamento	(51.281)
Acervo líquido cindido	32.298

17 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 58.151.000 (13.151.000 em 2002) ações ordinárias, sem valor nominal.

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados na constituição de reserva legal de que trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76. Além disso, determina a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76. Após as destinações anteriores, o saldo remanescente de lucros deverá ser destinado à uma reserva estatutária de retenção de

lucros, limitada a 80% do capital social, que se destina a ampliação e renovação de instalações e investimentos.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2003, foi subscrito e aprovado o aumento de capital no valor de R\$45.000, mediante a capitalização de parte de adiantamentos para futuro aumento de capital "AFAC", integralizado pela acionista controladora Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, passando o capital social de R\$13.151 para R\$58.151, mediante a emissão de 45.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2003, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio desta empresa com, conseqüente redução do capital social em R\$32.298, sem alteração da quantidade de ações. Em conseqüência o capital social passou a ser de R\$ 25.853.

18 Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	<u>2003</u>
Lucro líquido do exercício	21.648
Absorção de prejuízos	(15.184)
Reserva legal	(323)
Lucro líquido ajustado	<u>6.141</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>1.535</u>

A administração proporá à Assembléia Geral a distribuição de dividendos no montante de R\$6.141, a razão de R\$ 0,105612 por ação, correspondente ao lucro líquido ajustado.

19 Fornecimento de energia elétrica (*)

A Sociedade gerou 162,6 GWh (78,6 GWh em 2002) na controladora, no consolidado gerou e adquiriu para comercialização 496,3 GWh (270,0 GWh em 2002), correspondendo a uma receita de venda de energia no montante de R\$15.097 (R\$7.509 em 2002) na controladora e R\$67.354 (R\$30.052 em 2002) no consolidado.

(*) As informações referentes a quantidade de GWh não foram auditadas.

20 Remuneração dos administradores

A rubrica "Despesa de pessoal", inclui o montante de R\$109 (R\$195 em 2002) na controladora e consolidado, referente a remuneração dos administradores.

21 Cobertura de seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente.

22 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado. A Sociedade e sua controlada em conjunto não operam com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Parecer dos Auditores Independentes

Aos
Acionistas e Administradores da
Cat-Leo Energia S.A.
Cataguases – MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Cat-Leo Energia S.A. e controlada em conjunto, levantados em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos das Sociedades; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Sociedades, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cat-Leo Energia S.A. e controlada em conjunto em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme descrito na nota explicativa nº. 1, em 31 de dezembro de 2003 existiam duas pequenas centrais hidrelétricas (“PCH”) em fase de construção com recursos próprios e de terceiros. Para fazer face à continuidade e conclusão das referidas construções, a Sociedade contará com a geração de recursos provenientes das PCH que já estão em operação e, principalmente, com apoio financeiro de seu acionista controlador.
5. Em 31 de dezembro de 2002, o parecer de auditoria por nós emitido em 24 de março de 2003 incluía parágrafo de ênfase mencionando que a Sociedade tinha registrado, contas a receber no montante total de R\$1.429 mil e contas a pagar no montante de R\$1.450 mil, ambos relativos às transações de venda e compra de energia realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE. Esses valores poderiam estar sujeitos a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2003, os referidos valores a receber e a pagar ao MAE foram substancialmente liquidados.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2004

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011609/S-MG

Iara Pasian
Contadora
CRC nº. 1 SP 121517-3/S-MG